

ELUCIDANDO O ARGUMENTO DA OBRIGAÇÃO DE AJUDAR DE SINGER

ELUCIDATING SINGER'S OBLIGATION TO ASSIST ARGUMENT

FERNANDA BELO GONTIJO¹

(E. E. Rodolfo Almeida/Brasil)

RESUMO

A pobreza absoluta é, sem sombra de dúvida, uma mazela humana a ser combatida. É difícil encontrar alguém que o conteste. Diante do imenso mal que ela representa para a humanidade, Peter Singer nos diz que temos o dever moral de agir de modo a, no mínimo, aliviá-la. Segundo ele, dado que ela é um mal e é possível que a alivemos sem sacrificar qualquer coisa de importância moral comparável – afinal, uma modesta contribuição mensal para uma instituição de caridade que trabalhe para tanto já é suficiente para atingir este objetivo –, não há razões para pensar que não temos o dever realizar tal empreendimento. Esse é o argumento que ficou conhecido como “argumento da obrigação de ajudar”. Considerando que a maior parte das pessoas não sabe exatamente o que significa “ajudar os pobres”, o principal objetivo deste trabalho é elucidar as premissas e a conclusão deste argumento, tal como proposto por Singer. Com isso, deseja-se fornecer uma compreensão mais precisa do que de fato está em jogo na argumentação singeriana a respeito da obrigação de ajudar, esclarecendo, assim o que isso significa e quais seriam efetivamente nossos deveres para com os mais pobres. Por fim, discute-se se nosso dever para com os mais pobres deveria ser, de fato, o de aliviar ou de combater o problema da pobreza absoluta nas suas causas.

Palavras-chave: Caridade; Pobreza; Obrigação; Peter Singer.

ABSTRACT

Extreme poverty is without any doubt a human malady we should fight. It is hard to find someone who dispute such proposition. In face of the immense ailment that it represents for humanity, Peter Singer says to us that we have the moral duty to act in ways to, at minimum, alleviate it. According to him, considering that poverty is bad and that it is possible to alleviate it without sacrifice anything of comparable moral importance – a small contribution to the right institution is enough to achieve the aim of alleviate poverty – there is no reason to think that we do not have the duty to do such a thing. In order to defend this idea, Singer presented what became known as the “obligation to assist argument”. The most important aim of this paper is to elucidate the premises and the conclusion of this argument, such as it was presented by Singer. Considering that most people does not know what really means “to assist the poor”, this is made in order to provide a more precise comprehension of what really is at stake at the Singerian argumentation and what would be our duties to the poor. Finally, there is a debate as to whether our duty

towards the poorest ought, in fact, be to alleviate or combat the problem of extreme poverty at its causes.

Keywords: Charity; Poverty; Obligation; Peter Singer.

Introdução

Neste trabalho, será elucidado o argumento singeriano da obrigação de ajudar os mais pobres. Segundo o filósofo australiano Peter Singer (1972; 1979; 2009; 2015), temos o dever moral de ajudar os mais pobres, de modo que, fazê-lo, não é apenas louvável, mas não recriminável; não o fazer é simplesmente imoral. Faz-se necessária tal elucidação porque quando falamos em “ajudar os pobres”, muitas vezes não temos muita clareza sobre o que isso significa. Nosso dever seria o de distribuir sopa e cestas básicas para quem tem fome? Consistiria ele em dar esmolas na rua? Ou seria ele devido a parentes, amigos e vizinhos necessitados? Será que teríamos, na verdade, um dever mais radical de abandonar tudo o que temos e ir para a África para trabalhar na Oxfam? Quanto devo sacrificar em favor dos pobres? Deveria eu doar tudo que tenho aos necessitados e me tornar eu mesmo alguém nessa condição? Essas são algumas questões que são levantadas e geralmente não respondidas quando pensamos em nossa obrigação para com quem se encontra em situação de necessidade. E Singer tem respostas a elas. Nas seções abaixo, demonstrarei como ele tem vias de sanar tais confusões acerca do que temos de fato o dever de realizar para ajudar quem mais precisa. Para atingir o que se pretende, o trabalho encontra-se organizado conforme descrito a seguir.

Na primeira seção, o famoso experimento mental da criança se afogando no lago, o princípio do sacrifício e o argumento da obrigação de ajudar (em sua forma canônica) são brevemente delineados, expondo-se a relação que Singer estabelece entre todos eles.

Na segunda seção, faz-se uma caracterização do princípio da igual consideração de interesses. Uma vez que para o filósofo tal princípio é pressuposto em toda sua argumentação a favor de ajudar àqueles que precisam, independentemente de sua relação espacial, temporal e parental conosco, faz-se necessário compreender de maneira clara e precisa em que ele consiste.

Na seção seguinte, esclarece-se em que consiste o princípio do sacrifício singeriano, que é apresentado como primeira premissa de seu argumento. Nesta seção, distingue-se a versão forte da versão fraca deste princípio, sendo feita uma tentativa de explicar os termos relevantes do mesmo.

Na quarta seção, faz-se uma demonstração da segunda premissa do argumento, que consiste em afirmar que a pobreza absoluta é algo ruim. São apresentados dados relativos à pobreza absoluta, distinguindo-a também da pobreza relativa, além de se expor como consequencialistas e não consequencialistas podem estar em acordo ao afirmá-la.

Na quinta seção, é explicitada a terceira premissa do argumento singeriano, de modo que, nela, apresenta-se quais são os termos nos quais Singer pensa que devemos realizar nossos atos de caridade. Doar 10% de nossos excedentes de rendimentos pode parecer muito, mas talvez 1% não o seja. Talvez também não tenhamos dinheiro, mas possamos doar nosso tempo ou mesmo adotar uma carreira dedicada a beneficiar os mais pobres. Doar para a caridade randomicamente também não tem, necessariamente, as melhores consequências. Algumas instituições são mais eficientes do que outras. Para Singer, deveríamos privilegiar as com maior custo-eficácia. Será demonstrado também como, do ponto de vista da posição singeriana, a ajuda aos pobres pode contar tanto como um dever perfeito quanto como um dever imperfeito.

Na sexta seção, partindo da conclusão do argumento de Singer, de que devemos impedir a existência de uma parcela de pobreza absoluta, discute-se se a ênfase de nosso dever de ajudar os mais pobres deveria, de fato, recair sobre seu alívio ou sobre o enfrentamento de suas causas, numa tentativa de solucionar o problema em vez de apenas dirimi-lo.

Por fim, na seção dedicada às considerações finais, são extraídas três conclusões fundamentais. Uma é que embora a ênfase de Singer quanto ao combate da pobreza absoluta recaia sobre o seu alívio, em vez do enfrentamento de suas causas, este último não é incompatível, tampouco, visto como negativo por Singer como medida para lidar com o problema da pobreza absoluta – até mesmo se, para concretizá-lo for preciso ir além da caridade. A segunda é que, para defender uma posição acerca da ajuda aos pobres mais exigente moralmente do que aquela proposta pela moralidade do senso comum, mas não excessivamente exigente, Singer precisa adotar a versão mais fraca de seu princípio do sacrifício. Por fim, conclui-se que defender uma interpretação da defesa de Singer da obrigação de ajudar pobres como um dever perfeito seria mais conducente ao enfrentamento da pobreza do que favorecer a interpretação da referida obrigação como um dever imperfeito.

O argumento da obrigação de ajudar

Em 1972, em seu influente artigo “Famine, Affluence, and Morality”, Peter Singer defendeu a obrigação de ajudar os pobres, partindo de seu

experimento mental da criança se afogando no lago. O experimento mental é bastante simples. Singer nos convida a imaginar que, a caminho do trabalho, passamos por um lago no qual se encontra uma criança em afogamento. O custo de salvar a criança é pequeno em comparação com o bem a ser alcançado: molharemos e enlamearemos toda a nossa roupa, mas, em compensação, salvaremos uma criança de morrer afogada. Quem negaria que, nesse caso, teríamos o dever moral de salvar tal criança? Nossas intuições morais logo nos dizem que teríamos essa obrigação. Afinal, seria preciso sacrificar muito pouco para realizar um grande bem.

Além do experimento mental acima mencionado, Singer propõe ainda o seguinte princípio moral (princípio do sacrifício): “Se pudermos impedir que algo de ruim aconteça sem termos de sacrificar algo de importância moral comparável, devemos impedir que aconteça” (SINGER, 1972, p. 231; 2006, p. 242). Esse princípio explica por qual razão temos o dever de salvar a criança no lago: podemos impedir um grande mal – que é o afogamento da criança – sem sacrificar qualquer coisa de importância moral comparável – já que apenas arruinaremos nossa vestimenta.

Assim, partindo deste mesmo princípio e do experimento mental da criança no lago, Singer então argumenta por analogia. Ele defende que o dever de ajudar as pessoas em pobreza absoluta não seria tão diferente da obrigação de salvar a criança se afogando no lago. No caso da criança em afogamento, temos apenas de molhar e sujar nossa roupa para salvar uma vida. Nada de importância moral comparável é sacrificado. No caso das pessoas em pobreza absoluta, também não seria muito difícil aliviá-la, pois bastaria apenas contribuir para instituições de caridade que seriam eficientes em ajudar os mais pobres. Igualmente neste caso, não teríamos de sacrificar qualquer coisa de importância moral comparável. Singer inclusive insiste que gastamos muito dinheiro com coisas que não precisamos, tais como viagens, restaurantes, roupas de marca, etc. – de modo que teríamos dinheiro de sobra para ajudar a aliviar a pobreza no mundo.

Mais especificamente, o argumento da obrigação de ajudar de Singer (2006, p 242.) é delineado como segue abaixo:

P1: Se pudermos impedir que algo de ruim aconteça sem termos de sacrificar algo de importância moral comparável, devemos impedir que aconteça.

P2: A pobreza absoluta é uma coisa ruim.

P3: Existe uma parcela de pobreza absoluta que podemos impedir sem que seja precisa sacrificar nada de importância moral comparável.

C: Devemos impedir a existência de uma parcela de pobreza absoluta.

Mais adiante, explicitaremos mais detalhadamente as premissas e a conclusão deste argumento. Na seção a seguir, apresentaremos o princípio da igual consideração de interesses de Singer, o qual é pressuposto em sua argumentação a favor da ajuda aos pobres.

O princípio da igual consideração de interesses

Antes de explicitar as premissas e a conclusão do argumento da obrigação de ajudar de Singer, faz-se necessário compreender seu princípio da igual consideração de interesses – pois o filósofo pressupõe tal princípio ao defender o já referido argumento.

Conforme defende Singer, os seres humanos dividem entre si a capacidade de sentir prazer e dor e, por causa disso, possuem o interesse fundamental em não sofrer. Por essa razão, os interesses (ou prazeres²) de determinado ser humano não são intrinsecamente mais relevantes do que os de qualquer outro ser humano. Porém, os seres humanos não dividem essa mesma capacidade e interesse (ou prazer) somente entre si; a dividem também com outros seres sencientes não humanos. Por conseguinte, analogamente ao que ocorre na relação entre os seres humanos, nenhum interesse (ou prazer) humano é intrinsecamente mais importante do que o interesse (ou prazer) de outro ser senciente não humano. Isso tem implicações radicais para os seres humanos. Quando se trata, por exemplo, da ética da alimentação, vale considerar tanto o interesse (ou prazer) humano em se satisfazer com o consumo de carne, quanto o sofrimento dos animais não humanos nas fazendas da grande indústria alimentícia. No fim, dado o tamanho do sofrimento dos animais, em comparação com o prazer humano de saborear a carne e outros derivados desses animais, o interesse (ou prazer) dos animais em não serem explorados nessas fazendas prevalece sobre o interesse (ou prazer) humano em desfrutar o prazer dos derivados animais.

Também em “Famine, Affluence and Morality”, Singer (1972, p. 232, tradução nossa) defende que “se aceitarmos qualquer princípio de imparcialidade, universalizabilidade, igualdade, ou qualquer outro, não podemos discriminar alguém simplesmente porque ele está longe de nós”. Isso porque caso se considere, como ocorre no caso do princípio da igual consideração de interesses (ou dos prazeres), que os interesses (ou

prazeres) de um indivíduo senciente não são intrinsecamente mais importantes do que os de outro, a localização geográfica (bem como as relações afetivas) do indivíduo é(são) irrelevante(s) para o estabelecimento de seu estatuto moral. O mesmo raciocínio pode ser estendido para a localização no tempo. Se o interesse (ou prazer) de quem quer que seja não é intrinsecamente mais importante do que o de ninguém, também aqueles que ainda virão a ser afetados pelo que o agente moral faz devem ter seus interesses considerados quando das decisões morais. Assim, se alguém se encontra em posição de aliviar o sofrimento de outro indivíduo, livrando-lhe da fome, por exemplo, não importa que ele esteja do outro lado do mundo ou mesmo que ele seja um ser senciente do futuro. Se é possível satisfazer-lhe o interesse em ter seu sofrimento aliviado, deve-se fazê-lo. Para Singer, “um interesse é um interesse” (SINGER, 2006, p. 30), independentemente de fatores tais quais espécie, grau de inteligência, localização geográfica, laços afetivos, localização temporal, dentre outros.

Esse alargamento do círculo de consideração moral proposto por Singer faz com que sua ética seja altamente exigente. Se o agente moral aceita o princípio da igual consideração de interesses (ou dos prazeres), ele logo se vê obrigado a se tornar uma espécie de cidadão do mundo, isto é, alguém com deveres para com todos aqueles que ao redor do globo são capazes de sofrimento. Isso significa um considerável aumento das responsabilidades morais – pois há muito mais que precisa ser feito em prol do bem alheio –, quando se compara essa situação com a de um círculo moral mais restrito. Ter mais responsabilidades morais tende a significar também ter de realizar mais sacrifícios pessoais em favor de outrem. Se o agente moral tem de se preocupar com o bem de mais indivíduos, isso significa que ele tem de dedicar mais tempo, energia, recursos etc. pessoais ao bem dos outros. Além disso, se um interesse (ou prazer) é um interesse (prazer), não importa de quem seja, haverá circunstâncias nas quais o agente terá de sacrificar os seus próprios interesses (ou prazeres) para satisfazer os de outros indivíduos. Um exemplo é o caso do sacrifício do interesse (ou prazer) em comer carne para evitar o sofrimento animal. Em outra circunstância, se um indivíduo deseja ir ao cinema, mas pode usar o dinheiro das entradas para aliviar a fome de alguém do outro lado do mundo, dada a gravidade do que está em jogo, o interesse (ou prazer) do necessitado de ter a sua fome aliviada se sobreporá ao interesse (ou prazer) do indivíduo de ir ao cinema. Logo, ele terá de sacrificar o seu lazer para beneficiar outras pessoas. A objeção da exigência excessiva se colocará na medida em que os sacrifícios se tornarem significativos para os agentes morais.

Primeira premissa: O princípio do sacrifício

Passando agora à análise propriamente dita do argumento da obrigação de ajudar, a primeira premissa do argumento é um princípio moral, o qual Richard Arneson (2009) denomina “princípio do sacrifício”. Em sua versão mais forte – claramente defendida por Singer em “Famine, Affluence and Morality” (1972, p. 241) e em *Ética Prática* (2006, p. 240) –, ele estabelece que “*se estiver em nosso poder evitar algo ruim de acontecer, sem com isso ter de sacrificar algo de importância moral comparável, nós temos o dever moral de fazê-lo*”.

Singer pontua que este princípio pode ser aceito tanto por consequencialistas, quando por não consequencialistas. Embora os consequencialistas tenham uma tendência a privilegiar a promoção do bem em vez do evitamento do mal, evitar o mal encontra-se em anuência com a essência do consequencialismo. Isto porque, essencialmente, para um consequencialista, as propriedades normativas de algo dependem exclusivamente das suas consequências (SINNOTT-ARMSTRONG, 2023) – e o consequencialista negativo irá defender que o que importa moralmente são as consequências que resultam no evitamento ou diminuição do mal no mundo.

Mas os não consequencialistas também podem aceitar o princípio moral expresso na primeira premissa. A diferença seria que os não consequencialistas aceitariam tal princípio apenas como um entre outros, não como um princípio primeiro da moralidade tal qual um consequencialista negativo poderia defender. Isto porque a cláusula “sem sacrificar nada de importância moral comparável” impede que o evitamento do mal seja promovido a qualquer custo, tais como permitir violações de direitos, injustiças, etc. A razão é que coisas como promoção de direitos e realização de atos de justiça teriam importância moral comparável ao evitamento do mal, de modo que elas não deveriam ser sacrificadas. Para Singer, a cláusula também evitaria o sacrifício excessivo dos agentes morais em prol de outrem, dado que haveria aspectos da vida particular das pessoas – como relações afetivas e o cuidado com as próprias necessidades básicas e as dos entes queridos – que teriam importância moral comparável ao evitamento do mal da pobreza absoluta e, por isso, também não deveriam ser sacrificadas.

Mais especificamente, por “sem ter de sacrificar algo de importância moral comparável”, Singer intenciona dizer

sem causar qualquer coisa comparativamente ruim, ou fazer algo que é errado em si mesmo, ou falhar em promover algum bem moral, comparável em importância à coisa ruim que podemos evitar (SINGER, 1972, p. 231, tradução nossa).

Isso significa que se se tem de matar alguém, por exemplo, para então evitar uma parcela de pobreza absoluta, não há nesse caso, o dever de evitá-la. Isso porque matar um indivíduo para evitar a pobreza seria realizar algo de comparativamente ruim. Quanto a fazer “algo que é errado em si mesmo”, como um consequencialista, é difícil para Singer dizer quais seriam as ações intrinsecamente ruins. Provavelmente, o que ele tem a intenção de dizer é que se se tem de desempenhar ações tipicamente consideradas erradas em si mesmas, tais como a tortura de inocentes, não se tem o dever de realizá-las para evitar a pobreza absoluta. Porém, se esse é o caso, novamente, fica para Singer o ônus da prova de explicar por que um consequencialista de atos não deveria, por exemplo, causar uma sequência de fortes choques em um inocente se isso tivesse como consequência imediata a eliminação da pobreza absoluta no mundo. Ao dizer que “sem ter de sacrificar algo de importância moral comparável” significa também “sem falhar em promover algum bem moral, comparável em importância à coisa ruim que podemos evitar”, Singer pretende preservar do sacrifício bens morais como as relações afetivas com os entes queridos e os projetos pessoais. Explicitamente, ele defende que se se tem de falhar em cuidar da família para evitar a pobreza, não há o dever de fazê-lo. Conforme ele afirma em *Ética Prática*,

permitir que alguém das próprias relações de parentesco mergulhasse em pobreza absoluta seria sacrificar algo de importância moral comparável; e antes que se chegasse a esse ponto, o colapso do sistema de responsabilidades para com a família e a comunidade seria um fator a fazer com que a balança pendesse para o lado de um pequeno grau de preferência pela família e pela comunidade (SINGER, 2006, p. 245).

Conforme será visto mais adiante, o problema com esta última definição do que constitui sacrificar algo de importância moral comparável é que, dado o tamanho do mal que constitui a pobreza absoluta e, portanto, o tamanho da relevância de combatê-la, é muito difícil encontrar bens morais que se comparem em termos de importância moral a esse bem. Mesmo o cuidado com a família e os projetos pessoais poderiam ser questionados como bens comparáveis ao combate à pobreza absoluta.

Porém, mesmo aceitando como verdadeiras as considerações de Singer sobre o princípio do sacrifício, há de se destacar uma dificuldade relacionada à versão forte de tal princípio. O problema consiste na necessidade de o filósofo esclarecer se a importância moral deve ser estabelecida de um ponto de vista subjetivo ou objetivo. Isso é importante, pois, conforme muda o ponto de vista, a exigência moral da ação pode variar também. Por exemplo, do ponto de vista subjetivo, isto é, do próprio agente moral, se a sua própria vida fosse o que ele tivesse de mais valioso, e fosse o caso de ele sacrificá-la para eliminar a pobreza no mundo, isso significaria sacrificar algo de importância moral comparável ao combate à pobreza – de modo que não haveria qualquer dever de realizar o sacrifício. Porém, de um ponto de vista objetivo, isto é, do ponto de vista do universo, esse não seria o caso. Desse ponto de vista, o agente moral seria apenas uma gota no oceano; um mero bode expiatório moralmente obrigado a se sacrificar para eliminar uma enorme mazela no mundo.

A teoria de Singer é ambígua quanto a adotar uma posição do ponto de vista subjetivo ou objetivo. Por um lado, ele parece adotar o primeiro, defendendo que

quanto nos sentimos obrigados a dar *vai depender daquilo que julgamos ser de importância moral comparável à pobreza que podemos evitar: roupas e jantares caros, um aparelho de som sofisticado, férias no exterior, um (segundo?) carro, uma casa maior, escolas particulares para nossos filhos...* (SINGER, 2006, p. 243, grifos nossos).

Singer acredita que, do ponto de vista utilitarista, nenhum desses bens teria importância comparável à diminuição da pobreza. Basta comparar o bem que o dinheiro gasto com futilidades faria a quem passa necessidade com o bem que o mesmo montante faria a quem não tem uma necessidade real de tais coisas. Com certeza, a balança pesaria para o lado das pessoas em necessidade. Mas Singer só pode seguir tal raciocínio se ele tiver uma concepção objetiva do que é de importância moral comparável à pobreza. Se, subjetivamente, sair para jantar fora for tão importante para a pessoa que tem esse hábito quanto sair da pobreza absoluta for para quem está em necessidade, então tanto faz gastar o dinheiro com uma coisa ou outra. Singer parece supor que, de um ponto de vista subjetivo, as pessoas vão sempre considerar que as coisas que ele enumera na passagem acima terão uma relevância menor do que aliviar a pobreza. Porém, alguém poderia argumentar que isso é confiar demais nas boas inclinações da natureza humana, o que seria um tanto irrealista. Não é de todo implausível imaginar cenários comuns nos quais esse não seria o caso.

Isso é um problema para Singer, pois em *Ética Prática*, ele defende que “um juízo ético que não é bom na prática deve ressentir-se também de um defeito teórico, pois a questão fundamental dos juízos éticos é orientar a prática” (SINGER, 2006, p. 10). Assim, se partirmos de suposições irrealistas a respeito do que as pessoas de fato farão, do ponto de vista de um juízo teórico que deve guiar a prática, não fará muito sentido defender que elas têm de fazer, ou mesmo que elas farão, o que é moralmente ideal em vez de fazer o que é de fato exequível – pois, caso isso ocorra, suas obrigações morais não serão de fato realizadas. Em princípio, a maneira que Singer tem de conciliar a concepção mais exigente de ética com uma concepção mais realista consiste em defender que, no nível público, devemos requerer que as pessoas façam um pouco menos do que o ideal – para que elas não se sintam desencorajadas a fazer o que têm de ser feito – mas, em nível privado, as pessoas devem se esforçar para fazer mais do que é esperado delas. Para Singer, no caso da caridade, por exemplo, embora ele considere que, publicamente, não é uma boa ideia exigir que as pessoas doem mais do que de 1% a 5% de seus rendimentos, há pessoas que podem doar muito mais do que isso, de modo que essas pessoas têm o dever de fazê-lo, a despeito do que é publicamente requerido.

Todavia, isso tudo posto, a questão sobre se as pessoas, em nível privado, de fato farão um pouco mais do que é publicamente exigido delas, ainda pode ser colocada. Se publicamente requeremos menos das pessoas, mas, na prática, esperamos que elas façam mais do que isso, ainda é possível levantar a questão sobre se fazê-lo não seria confiar demais nas boas inclinações da natureza humana.

Embora raciocinar nessa direção faça sentido, há ainda uma consideração que talvez possamos utilizar para que seja possível admitirmos a posição de Singer como plausível. Quando Singer diz que “quanto nos sentimos obrigados a dar *vai depender daquilo que julgamos ser de importância moral comparável* à pobreza que podemos evitar”, e então ele acredita que as pessoas considerarão que “roupas e jantares caros, um aparelho de som sofisticado, férias no exterior, um (segundo?) carro, uma casa maior, escolas particulares para nossos filhos...” não serão comparáveis ao alívio da pobreza, ele tem em mente que, uma pessoa racional e que entenda a dimensão do que consiste viver na pobreza absoluta e do mal que isso representa, não pode pensar diferente, sob pena de ter de ser considerada irracional e incompassiva. Mesmo que executar certos sacrifícios para ser caridoso não seja o que a maioria das pessoas de fato faz, diante de seu argumento, Singer acredita que, se elas forem

racionais, elas entenderão que isso é o que elas têm o dever moral de realizar.

Outro ponto que cabe ressaltar quanto a versão forte do princípio do sacrifício é que ele tem em vista a obrigação de um agente moral considerado individualmente. Independentemente de outras pessoas estarem ou não se sacrificando para evitar o que é ruim, importa o que cada um faz individualmente para evitar o mal. Pode ser o caso de outras pessoas não estarem cumprido o seu dever de evitar que coisas ruins aconteçam, mas isso só é relevante na medida em que informa ao agente moral que, talvez, ele terá de sacrificar mais do que o previsto para evitar o que é ruim. Considerando o caso da ajuda aos pobres, se metade dos ricos do mundo não estiver contribuindo para combater a pobreza absoluta ao redor do mundo, pode ser o caso que fique para a outra metade contribuinte arcar com os custos necessários para tanto. Acerca desse ponto, Singer defende que devemos ir além da cota justa de contribuição que cada um em posição de ajudar teria se todos os que estivessem na mesma posição fizessem algo para combater a pobreza absoluta. E isso até o ponto em que não se sacrifique qualquer coisa de importância moral comparável (SINGER, 2010, p. 140-146).

Justamente porque Singer tem uma visão realista da porção de pessoas que contribuem para combater a pobreza absoluta, partindo da versão mais forte do princípio do sacrifício, em "Famine, Affluence and Morality" ele defende que

todo mundo em circunstâncias similares deve doar tanto quanto possível, isto é, ao menos até o ponto em que ao doar mais alguém começaria a causar um sofrimento sério a si mesmo e seus dependentes – talvez até mesmo além deste ponto até aquele da utilidade marginal, no qual ao doar mais alguém causaria a si mesmo e a seus dependentes tanto sofrimento quanto aquele que ele evitaria em Bangladesh (SINGER, 1972, p. 234, tradução e ênfase nossas).

Posto nesses termos, o princípio do sacrifício há, de fato, de ser extremamente exigente. Imagine o que significaria, ao menos do ponto de vista subjetivo, doar todos os seus bens para a caridade e tornar-se quase tão necessitado quanto os pobres de Bangladesh. Porém, em *Ética Prática* ele modera o tom da exigência e defende (na primeira nota do Capítulo 8), ainda com base no princípio do sacrifício, uma demanda moral mais palatável, mas ainda um tanto exigente. Ele sustenta que as pessoas deveriam encontrar empregos que permitissem que elas tivessem um excedente considerável de rendimentos para doar para a caridade e que as

necessidades básicas do doador não deveriam ser sacrificadas nesse processo.

A rigor, precisaríamos descer ao nível compatível com a obtenção de uma renda que, depois de prover as nossas necessidades, nos deixasse com mais para dar aos outros. Assim, se hoje ganho, digamos, quarenta mil dólares por ano, mas isso exige que eu gaste cinco mil dólares anuais para vestir-me adequadamente e manter um carro, não posso salvar mais pessoas ao abrir mão das roupas e do carro se, para isso, precisar assumir um emprego que, apesar de não me obrigar a ter essas despesas, faça com que eu ganhe apenas vinte mil dólares (SINGER, 2006, p. 235, nota 1).

Numa versão mais amena do princípio do sacrifício – apresentada, mas não defendida em “Famine, Affluence and Morality” – Singer propõe que “*se estiver em nosso poder evitar algo muito ruim de acontecer, sem com isso ter de sacrificar algo moralmente significativo, nós temos o dever moral de fazê-lo*” (1972, p. 231; tradução e grifos e nossos). O ponto de Singer ao apresentar essa versão mais fraca é mostrar que mesmo uma variante moralmente mais frouxa do princípio seria exigente o bastante para requerer que as pessoas contribuíssem para evitar a pobreza absoluta. Porém, antes de explicar como esse é o caso, cabe clarificar o que muda na versão mais fraca em comparação com a mais forte.

Em primeiro lugar, há uma alteração de ênfase quanto ao tipo de males que se tem o dever de evitar. Conforme a versão mais forte, tem-se o dever de evitar *qualquer coisa ruim*, seja ela de uma dimensão grande ou pequena, desde que não se sacrifique nada de importância moral comparável. No caso da versão mais fraca, os sacrifícios são necessários apenas quando algo de uma importância maior está em jogo, isto é, se for o caso da ocorrência de algo *muito ruim*. Assim, de acordo com esse princípio mais fraco, é um dever, por exemplo, sacrificar parte dos próprios rendimentos para evitar a pobreza absoluta (que é algo realmente muito ruim), mas não há qualquer dever envolvido numa situação em que se pode evitar um mal que não é tão grave. Ora, isso soa altamente contraintuitivo. Se é possível evitar um mal menor sem grandes custos para si, o que justifica que ele não seja evitado? Por exemplo, caso seja possível evitar um furto simplesmente denunciando em voz alta o autor do ato, por que não o denunciar?

Em segundo lugar, a versão mais fraca do princípio do sacrifício, em comparação com a versão mais forte, parece requerer, no mínimo, *menos*

sacrifícios (em termos numéricos) dos agentes morais. Conforme esta última versão, não se deve sacrificar nada de *importância moral comparável* ao evitamento do mal em questão. Conforme já foi exposto, isso significa que, em princípio, não deveríamos, por exemplo, negligenciar as necessidades básicas de nossa família nem aqueles projetos fundamentais para nossa integridade – no sentido proposto por Bernard Williams (1973) – para aliviar a pobreza absoluta. Contudo, conforme observamos, o tamanho do mal que é a pobreza pode requerer sacrifícios significativos, além do fato de esse limite deixar em aberto certa gama de sacrifícios que seriam considerados deveres.

Já de acordo com a versão fraca do princípio, simplesmente não se deve sacrificar nada de *moralmente significativa*. Isso significa que não há a obrigação de sacrificar qualquer coisa que possua importância moral (mas não uma importância moral tão elevada ao ponto de ser comparável ao evitamento da pobreza absoluta). Dado que existem mais coisas no mundo que são moralmente significativas do que coisas que possuem importância moral comparável ao evitamento da pobreza absoluta, pode-se especular que, provavelmente, no mínimo, seriam necessários *menos* sacrifícios (em termos numéricos) para atingir esse fim – e isso independentemente de considerarmos a significância moral de um ponto de vista subjetivo ou objetivo. Porém, observe que, mesmo em sua versão mais fraca, o princípio do sacrifício implica que as pessoas façam sacrifícios a favor do combate à pobreza absoluta. Assim, mesmo a adesão à versão fraca do princípio do sacrifício comprometeria o agente moral com uma vida mais frugal e altruísta, ainda que não fizesse exigências morais excessivas. Segundo Singer,

mesmo se aceitarmos o princípio apenas em sua forma moderada, [...] deveria estar claro que teríamos de doar o bastante para garantir que a sociedade de consumo, dependente como é das pessoas gastarem seu dinheiro com trivialidades em vez de doar para o alívio da fome, desacelerasse ou talvez até desaparecesse por completo (SINGER, 1972, p. 241, tradução nossa).

Nesse ponto, cabe salientar que, apesar de delinear em “Famine, Affluence and Morality” a versão mais fraca do princípio do sacrifício, Singer de fato defende, tanto naquele artigo quanto em *Ética Prática*, a sua versão mais forte. Singer acredita que, mesmo defendendo a versão mais forte, seria possível aceitar certa moderação no sacrifício. Conforme já mencionamos, em princípio, não seria necessário, por exemplo, sacrificar as necessidades básicas e a dignidade da própria família para evitar uma

parcela de pobreza absoluta. Todavia, também já vimos que, dado o tamanho da mazela que é a pobreza absoluta, de um ponto de vista objetivo, tudo isso significaria muito pouco se, ao sacrificarmos tais coisas, pudéssemos combatê-la de forma efetiva. Assim, se Singer deseja defender um padrão mais elevado de moralidade do que aquele que a maioria das pessoas acredita ser o correto, mas deseja também propor um que não seja demasiadamente elevado, ele tem de defender a versão mais fraca do princípio do sacrifício. Afinal de contas, de acordo com esta versão, teríamos de evitar apenas o que é muito ruim – e a pobreza absoluta certamente é algo desse tipo –, mas ao fazê-lo, nossos sacrifícios seriam, no mínimo, menos numerosos do que no caso de levarmos a cabo a versão mais forte do princípio. Conforme já mencionamos, se seguíssemos a versão mais fraca, teríamos de nos comprometer com uma vida bem mais frugal e altruísta, é verdade, mas tudo que fosse *moralmente* significativa, quer adotemos um ponto de vista objetivo ou subjetivo, não precisaria ser sacrificado.

Segunda premissa: “A pobreza absoluta é algo ruim”

A segunda premissa do argumento da obrigação de ajudar dificilmente é disputada também tanto por consequencialistas quanto por não consequencialistas.

Conforme documento da ONU, a pobreza absoluta é “uma condição caracterizada pela grave privação das necessidades básicas, incluindo comida, água potável, instalações sanitárias, saúde, abrigo, educação e informação” (ONU, 1995; tradução nossa), o que ocorre não só devido a uma baixíssima renda, mas também à dificuldade de acessar serviços, tais como o de fornecimento de água potável e atendimento médico. Nem toda situação de pobreza é de pobreza absoluta. Muitas pessoas vivem na pobreza relativa, sem, no entanto, viverem na pobreza absoluta. No caso desta última, o Banco Mundial estabeleceu o rendimento de US\$2.15 ou menos por dia por pessoa como marco desse tipo de pobreza.

Uma pessoa encontra-se em pobreza relativa quando ela não dispõe dos meios necessários para manter o padrão de vida médio da população de seu país. Mais especificamente, a pobreza relativa é a falta de bens materiais ou imateriais (não necessariamente fundamentais à sobrevivência), que ocorre comparativamente com outro estado de coisas considerado mais abundante. Por exemplo, nos EUA, uma pessoa que tem um *smartphone*, mesmo que seja o último modelo lançado, e que não seja um iPhone, é considerado pobre. Mas há outros países nos quais todas as

peças que possuem o último lançamento em *smartphones*, mesmo que ele não seja um iPhone, é considerado rico. A Finlândia é um exemplo de país que só relata casos de pobreza relativa, considerando pobres todos aqueles que vivem em uma família com 60% ou menos da média nacional de rendimentos³.

Contudo, embora seja um problema (pois ainda é um tipo de pobreza), a pobreza relativa não é tão grave quanto a pobreza absoluta, que é algo humanamente ultrajante. Conforme já foi mencionado, a pobreza absoluta se caracteriza pela grave privação de várias necessidades básicas, as quais podem ser observadas nos dados abaixo sobre a situação de vida dos nigerianos. Muitos deles são alarmantes e ilustram quão ruim é para alguém viver na pobreza absoluta. Escolheu-se a Nigéria como parâmetro de pobreza em razão de ela ser o país com maior proporção de habitantes vivendo na pobreza absoluta em 2018 (um período próximo do atual).

Conforme dados do Nigeria Data Portal⁴, o qual expõe informações do censo nigeriano, a maior parte da população da Nigéria não dispunha, em 2006, de instalações sanitárias completamente adequadas, considerando que apenas 4,56% das residências tinha banheiros com privada com descarga dentro de casa, 60,43% possuíam latrinas e os moradores de 17,83% faziam suas necessidades nas imediações de suas habitações, em locais como campos com arbustos e praias. Quanto à moradia, essa mesma fonte de dados aponta que a maior parte da população nigeriana vivia, em 2006, em moradias precárias, nas quais 59,18% possuíam paredes compostas de lama e junco, 17,54% tinham paredes feitas de madeira ou bambu e só 16,13% possuíam paredes construídas com blocos de cimento ou tijolos. Ainda quanto à precariedade das moradias nigerianas, o Nigeria Data Portal mostra que 38,50% das residências, em 2006, possuíam cobertura feita de palha ou folhas de palmeira e 10,89% possuíam cobertura de madeira ou bambu.

Já de acordo com o Banco Mundial⁵, a Nigéria possuía, em 2016, um índice de mortalidade infantil de crianças com cinco anos ou menos de 104 mortes para cada mil crianças nessa faixa etária (contra 2,3 da Finlândia, um país que sequer relata pobreza absoluta). Ainda conforme o Banco Mundial, a expectativa de vida no país, em 2017, era de apenas 53 anos (novamente, contra 82 da Finlândia).

Assim, considerando a gravidade da pobreza absoluta como uma mazela humana – que do ponto de vista utilitarista de Singer é um mal por ser geradora de imenso sofrimento – o ponto deste filósofo ao discutir o argumento da obrigação de ajudar centra-se principalmente na defesa do *alívio* desse tipo de pobreza. Para Singer, eliminar a pobreza certamente

seria algo imensamente desejável. Contudo, ele nos convida a atingir um objetivo mais modesto, ou seja, ele nos propõe que temos o dever de aliviar a pobreza absoluta existente no mundo.

Consequencialistas como Singer (2006) consideram a pobreza absoluta ultrajante dado o enorme sofrimento que ela provoca no mundo. Desse ponto de vista, não é difícil perceber como a pobreza absoluta é um problema. Sabemos que, às pessoas que vivem nesse estado de coisas, a falta das necessidades básicas é tamanha que nem conseguimos imaginar todas as provações que elas têm de enfrentar todos os dias para sobreviver. Seu sofrimento, fruto de seu elevado grau de pobreza, é, sem sombra de dúvida, enorme.

Dentre os não consequencialistas, Immanuel Kant (1785) considera a ajuda aos pobres um dever – ainda que imperfeito, mas ainda sim um dever – de beneficência. Para Kant,

as bases para os deveres de beneficência consistem em que tais atos não meramente não usem os outros como meros meios, mas que sejam atos que desenvolvam ou promovam os fins dos outros e que, em particular, incrementem as capacidades dos outros para atingirem seus fins, sendo assim seres autônomos (O`NEILL, 1980,2010, p. 452).

Assim, do ponto de vista da ética kantiana, a pobreza absoluta seria um mal porque ela impediria que as pessoas buscassem seus próprios fins e fossem autônomas. Sobre a relação entre beneficência e ajuda aos pobres em Kant, O`Neill (1980/2010, p. 452) nos explica que

há claramente várias oportunidades para a beneficência. Entretanto, uma área na qual a tarefa *primária* de desenvolver as capacidades dos outros de buscarem seus próprios fins é particularmente necessária é nas partes do mundo onde a pobreza extrema e a fome tornam as pessoas incapazes de perseguir *qualquer* de seus outros fins. A beneficência direcionada para colocar as pessoas em uma posição de procurar quaisquer fins que elas tenham adquire, para Kant, uma força maior sobre nós do que a beneficência direcionada para o compartilhamento de fins com aqueles que já estão em uma posição de procurar uma variedade de fins.

Proponho contudo, uma interpretação da ética kantiana segundo a qual nossos deveres para com os pobres seriam mais do que deveres imperfeitos de beneficência. Proponho que, de um ponto de vista kantiano,

não é despropositado enxergar a pobreza absoluta como um insulto aos nossos deveres de justiça e à dignidade humana – uma vez que pessoas em estado de pobreza absoluta não estariam sendo consideradas fins em si mesmas. Para Kant (1785), temos o dever de justiça de não utilizar as pessoas como meros meios, isto é, de tratá-las como desejamos e de maneiras que elas não poderiam em princípio consentir; em outras palavras, temos o dever de tratá-las com dignidade. Se alguém tem dignidade, devemos respeitá-la como uma pessoa racional e autônoma, a qual deve ser tratada de certa maneira, não sendo permissível aplicar-lhe qualquer mal de maneira desnecessária, submetendo-a gratuitamente a qualquer tipo de sofrimento (ao menos não sem o seu consentimento). Assim, quando alguém se encontra na pobreza absoluta e não fazemos nada para ajudá-la, estamos desrespeitando a sua dignidade, pois nossa omissão imputa-lhe um sofrimento atroz e absolutamente desnecessário. Nesse caso, não podemos pretender que temos boas intenções para com elas – já que não as prejudicamos diretamente, mas apenas nos omitimos em ajudá-las –, quando nossa omissão demonstra o contrário. Segundo Onora O`Neill (1980/2010, p. 453; grifo da autora) “não podemos simplesmente *afirmar* que nossas intenções são boas e fazer o que quisermos. Nossas intenções refletem o que esperamos que sejam os resultados imediatos de nossa ação”, neste caso, de nossa recusa em ajudar.

Mas não só um não consequencialista como Kant concordaria que a pobreza absoluta é um mal. De um ponto de vista aristotélico, ela também o seria. Afinal, esse tipo de pobreza seria um grande impedimento para os dois principais modelos de vida feliz propostos como tais por Aristóteles, isto é, ela seria um impedimento tanto para o desempenho da vida política quanto para a realização da vida contemplativa. E isto porque aquele que segue o caminho da vida política precisa de vários bens materiais para concretizá-la. E embora o modelo de vida contemplativa seja menos dispendioso do ponto de vista material – e esta seria uma das razões de ele ser preferível – para Aristóteles, aquele que o vive não pode dispensar por completo a posse de bens materiais, precisando, ainda, de um mínimo de bens desse tipo para ser feliz.

Terceira premissa: “Existe uma parcela de pobreza absoluta que podemos impedir sem que seja preciso sacrificar nada de importância moral comparável”

Quanto à terceira premissa do argumento da obrigação de ajudar, observe que, conforme afirma o próprio Singer (2006, p. 242), o fundamental não é ter um impacto profundo na pobreza do mundo, mas eliminar uma parcela

de pobreza absoluta, seja ela qual for. Dado que tanto uma pequena quanto uma grande quantidade de pobreza absoluta são males a serem evitados, não é um problema que com nossas contribuições para a caridade consigamos aliviar apenas uma pequena porção dela. Em princípio, o que Singer exige das pessoas não é que elas doem tudo o que possuem para a caridade, mas que sejam capazes de contribuir para aliviar a pobreza no mundo conforme o excedente de bens que possuem, mas que poderiam abrir mão sem sacrificar coisas moralmente importantes, como o sustento de sua própria família. Por exemplo, ele sugere que poderíamos deixar de frequentar restaurantes caros ou mesmo vestir roupas de grife e doar o dinheiro que seria utilizado nisso para a caridade.

Ele até estabelece um limite: que tal se doássemos 10% de nossos rendimentos anuais para a caridade? Ou se isso ainda for muito, que tal algo em torno de 1% a 5%? Uma opção mais controversa e mais radical seria abrir mão de um trabalho pelo qual se tem paixão, mas remunera relativamente pouco, para trabalhar em uma área mais rentável economicamente que lhe permita fazer doações mais volumosas para a caridade. Claro que é possível que nem todos tenham meios de contribuir desses modos, mas uma parcela menor de contribuição ainda seria bem-vinda e outros tipos de ações diferentes da doação em dinheiro – tais quais: desempenhar um trabalho voluntário ou dedicar-se a um trabalho remunerado no qual você sabe que pode fazer a diferença para aliviar a fome no mundo – também cumpririam o mesmo propósito.

Até a publicação do já mencionado artigo de Singer, de modo geral, ajudar os pobres era visto como um ato supererrogatório; como algo louvável, mas não recriminável quando não realizado. No máximo, isso era visto como um dever imperfeito, mas isso sob a interpretação desse tipo de dever como algo que os agentes morais poderiam ou não realizar individualmente, em momentos e situações de sua escolha e para com quem desejassem. No caso de Singer, fica claro que a caridade é um dever. Ele apenas não explicita se ela seria um dever perfeito ou imperfeito. Mas, ainda que interpretemos sua posição como a de que a ajuda aos pobres é um dever imperfeito, mesmo neste caso, para este filósofo, a caridade não seria algo a ser desempenhado ao sabor das inclinações, que pode, por exemplo, ser feito agora ou depois – e só agora ou depois – ou que tanto faz ajudar o mendigo que pede esmola na porta de casa ou fazer uma doação para os Médicos Sem Fronteiras.

Para entender melhor o que isso significa, consideremos a natureza dos deveres perfeitos e imperfeitos. Em primeiro lugar, um dever, seja perfeito ou imperfeito, é uma exigência normativa, isto é, ele é algo que

tem de ser feito, que não podemos deixar de realizar. A diferença entre os deveres perfeitos e imperfeitos está no fato de os deveres perfeitos serem devidos universalmente a todas as pessoas, de modo que não podemos escolher cumpri-lo em relação a umas pessoas, mas não a outras, ou em um momento x , mas não no momento y . Enquanto dever perfeito, o fato de alguém ter feito uma promessa a outra pessoa, conta como uma razão para que a promessa seja cumprida (ao menos se o cumprimento da promessa não implicar em um dano injustificável a outra pessoa). Deveres perfeitos também geram direitos morais correlativos. Assim, se uma pessoa faz uma promessa a outra, enquanto dever perfeito, esta última pode requerer de maneira legítima que a promessa lhe seja cumprida. Caso ela não o seja, cabe uma reclamação ou recriminação legítima para com aquele que a fez, mas não a levou a cabo.

No caso dos deveres imperfeitos, no entanto, existe uma latitude maior com relação à sua obediência, pois eles não são devidos universalmente, podendo ser desempenhados em momentos específicos e para com pessoas específicas. Deveres imperfeitos, por sua vez, também não geram direitos. Ou seja, se alguém falha em desempenhá-los para com outra pessoa em uma situação particular, esta não está legitimamente justificada em requerê-lo. Contudo, o agente moral que não o desempenha em circunstância alguma ao longo da vida pode ser justificadamente recriminado, já que o dever imperfeito é algo que, não se tem a obrigação de desempenhar sempre, mas que, enquanto exigência normativa, a certa altura da vida, precisa ser realizado.

No caso da proposta de Singer, em princípio, parece mais coerente interpretar o dever de ajudar os pobres como um dever perfeito. Mas, por outro lado, não seria despropositado interpretar sua defesa da obrigação de ajudar os pobres como um dever imperfeito. Vejamos como tudo isso pode ser o caso.

Do ponto de vista da defesa da obrigação de ajudar os pobres como um dever perfeito, poderíamos argumentar que ela é plausível porque, se interpretarmos o que Singer nos diz de maneira consequente, desde que (i) esteja em nosso poder evitar o mal da pobreza absoluta e (ii) para realizá-lo não sacrifiquemos qualquer coisa de importância moral comparável, *sempre* que (i) houver a oportunidade de ajudar quem se encontra nessa situação (independente de quem seja a pessoa necessitada) e (ii) houver os meios para tanto, devemos fazê-lo. Retomando o experimento mental da criança no lago, para Singer, se a condição de estar ao nosso alcance evitar o mal sem sacrificarmos qualquer coisa de importância moral comparável for satisfeita, *sempre* temos a obrigação de salvar a criança, e até mesmo, as crianças (no plural) no lago (SINGER, 2010, p. 144-145).

Do ponto de vista da defesa da obrigação de ajudar os pobres como um dever imperfeito, poderíamos argumentar que ela, no mínimo, não é de todo implausível. Isso porque, para Singer, apesar de seu arrazoado a favor dos princípios do sacrifício e da igual consideração de interesses, não parece ser o caso que ele pensa que, individualmente, temos o dever de socorrer a cada necessitado do mundo, próximo ou distante, em sua carência material. É verdade que ele encara a obrigação de ajudar os pobres como uma obrigação individual (cada indivíduo deve, sem sacrificar qualquer coisa de importância moral comparável, fazer algo para aliviar a pobreza no mundo). Todavia, Singer não pensa que esta é uma obrigação de cada indivíduo para com todos os pobres do mundo. Uma vez que você ajudar a quem mais precisa, tendo considerado o maior custo-eficácia possível de sua ajuda, você já terá cumprido sua obrigação. Isso significa que, por exemplo, se você fizer contribuições periódicas para a caridade para uma instituição que, comparativamente com outras, pode fazer mais para aliviar a pobreza a partir de cada real, dólar, etc. recebido, não é necessário, do ponto de vista do cumprimento do dever, que você dê esmolas para os mendigos da rua (isso seria completamente ineficiente do ponto de vista da ajuda aos pobres). Esses mendigos, não têm direito à sua caridade.

Tudo isso porque, para Singer, a caridade não deve seguir uma medida de compaixão ou proximidade, mas de eficiência. Destarte, meu dever de ajudar não é o de beneficiar aquele que está geograficamente mais próximo nem aquele para com o qual me compadeço, mas, sim, aquele que mais precisa; e isso deve ser feito de tal modo que minha ajuda seja eficiente o bastante para fazer mais pelos que são ajudados e para atingir mais necessitados quanto possível. Tendo cumprido tal requisito, não há uma única instituição de caridade para qual todos devem contribuir, mas o agente moral pode escolher quaisquer uma dentre as existentes que o faça⁶. O agente moral também pode escolher se preferirá doar seu tempo ou habilidades para ajudar os outros, em vez de fazer doações em dinheiro. Ele também poderá decidir se, em vez de fazer doações, vai exercer uma função no mundo que contribuirá para enfrentar o problema da pobreza. Essa latitude parece fornecer indícios de que não é de todo implausível interpretar a proposta de Singer como uma defesa da caridade como um dever imperfeito. Contudo, observe que este compromisso com a caridade e o custo-eficácia é um compromisso para a vida toda do agente moral – pelo menos para os períodos da vida toda em que o agente moral tiver uma renda (ou tempo ou habilidades) compatível(is) com a possibilidade de fazer doações periódicas (ou trabalhos voluntários, etc. que sejam eficientes do

ponto de vista do custo-eficácia) – isso já parece respaldar a interpretação da ajuda aos pobres como um dever perfeito.

Conclusão: “Devemos impedir a existência de uma parcela de pobreza absoluta”

Segundo Singer, se considerarmos verdadeiras todas as premissas já explicitadas acima, não temos como escapar da conclusão de que devemos impedir a existência de uma parcela de pobreza absoluta. Ou seja, nossa obrigação mínima é aliviar a pobreza absoluta existente no mundo.

Entretanto, tendo considerado tudo o que foi dito, eis que uma crítica pode ser levantada: no caso da pobreza absoluta, pode-se questionar se vale mesmo a pena fazer contínuas contribuições para a caridade que vão aliviar, mas não vão efetivamente resolver o problema da pobreza absoluta.

Considere a seguinte variação do experimento da criança no lago, proposta por Jason Brennan (2015):

Você está caminhando sozinho um dia, quando você se depara com milhões de crianças se afogando. Dentre as crianças que você salvar, a maior parte permanecerá salva, embora algumas possam cair na água novamente. Contudo, não importa quantas você salve, haverá sempre mais crianças a se afogarem. Você pode passar sua vida consciente inteira retirando crianças de lagos.

O ponto do experimento mental é que embora nos esforcemos continuamente para aliviar a pobreza absoluta, isso não é o suficiente para eliminá-la, de modo que os esforços parecem inúteis, pois se não eliminamos a pobreza absoluta, sempre haverá pessoas nessa situação a serem ajudadas⁷.

Este último ponto levanta uma série de questões, as quais merecem uma atenção especial, de modo que o discutiremos em um pouco mais de detalhes em uma seção separada, a seguir.

Aliviar ou eliminar a pobreza?

Diante das colocações acima, alguém poderia inferir que o que se propõe aqui é que *não há qualquer mérito em aliviar a pobreza absoluta*. Contudo, este não é o caso. Vamos analisar mais de perto última objeção para entender melhor qual é o seu ponto.

Lembremos que o argumento da obrigação de ajudar propõe que devemos evitar que coisas ruins aconteçam, desde que não sacrifiquemos

nada de importância moral comparável para fazê-lo. Sendo o sofrimento causado pela pobreza inevitavelmente algo ruim, e desde que seja perfeitamente possível fazer algo para evitá-lo sem sacrificar qualquer coisa em termos de importância moral comparável, devemos fazer algo para evitá-lo. Desse modo, do ponto de vista da argumentação de Singer, *há, sim, mérito em aliviar a pobreza absoluta*, uma vez que, ao fazê-lo, aliviaremos também o sofrimento daqueles que são atingidos por ela. Recordemos também que o objetivo de Singer ao propor o argumento é, em primeiro lugar, defender que é possível e que devemos fazer algo para *aliviar* a pobreza existente no mundo, mesmo que não a eliminemos por completo.

Além disso, as pessoas na situação de pobreza absoluta têm fome, sede, precisam de abrigo, roupas para vestir etc. e podem até morrer antes que a pobreza absoluta seja de fato eliminada, se não forem ajudadas por outrem. Por isso, até que ela seja eliminada, tem de haver meios de aliviá-la para que as pessoas estejam vivas para chegarem ao ponto de viver fora dela.

Também é possível defender que é preferível salvar algumas crianças no lago a não salvar nenhuma delas, já que salvar uma vida é pior do que não salvar todas elas, mas é melhor do que não salvar nenhuma, e assim por diante. Desse modo, aliviar a pobreza extrema é pior do que eliminá-la, mas é, no entanto, melhor do que não fazer nada contra ela.

Contudo, segue a objeção, de que adianta aliviar continuamente a pobreza sem um esforço genuíno para eliminá-la? Não seria uma empreitada inútil?

À questão sobre se não seria mais importante sermos politicamente ativos em defesa dos mais pobres, em vez de nos preocuparmos em meramente aliviar seu sofrimento, Singer responde que “talvez seja mais importante ser politicamente ativo na defesa dos interesses dos pobres do que dar alguma coisa a eles – mas por que não juntar as duas coisas?” (SINGER, 2006, p. 254). Ou seja, ele não nega que seja importante pensar no problema de forma mais abrangente, apenas pensa que é preciso investir nos dois cursos de ação: de um lado, ser politicamente ativo para enfrentar o problema da pobreza nas suas causas e, por outro, aliviá-la para que as pessoas não sucumbam a este imenso sofrimento.

No entanto, se este é o caso, uma questão pode ser levantada: sobre o quê deveria recair a nossa ênfase, sobre o alívio ou sobre a eliminação, ou ao menos, sobre o combate das causas da pobreza? Respondendo à esta questão (dentro do espírito consequencialista de Singer), é preciso

comparar as consequências das tentativas de efetivação de ambos dentro de períodos de curto e de longo prazo.

Pensemos a partir de um planejamento. Dentro do período de uma semana, parece mais plausível tentar aliviar a pobreza ao invés de eliminá-la. Isso porque não parece alcançável o objetivo de eliminar a pobreza em uma dada localidade (ou até globalmente) em uma semana. As consequências de se tentar eliminar a pobreza dentro de uma semana poderiam ser, inclusive, desastrosas, já que tudo seria feito às pressas. Assim, tentar eliminar a pobreza dentro de uma semana teria piores consequências do que somente aliviá-la. Neste caso, sem dúvida, a ênfase recairia sobre o *alívio* da pobreza.

Porém, se pensarmos dentro de um período de cinco, dez anos ou vinte anos, pensar na eliminação da pobreza já parece razoável. Tentar resolver o problema da pobreza, ao menos em determinada localidade ou região, ao longo de um período de tempo maior, parece ter melhores consequências do que simplesmente aliviá-la, já que haveria mais tempo para se pensar nas soluções para o problema e os efeitos de tal empreitada poderiam se estender às gerações futuras. Contudo, cabe ressaltar que, durante este período, não seria possível abrir mão do *alívio* da pobreza, já que, conforme anteriormente mencionado, as pessoas têm necessidades básicas que precisam ser atendidas *agora*, e o alívio da pobreza foca justamente nessa necessidade imediata que as pessoas têm. Quem tem necessidades básicas não satisfeitas *hoje*, não pode esperar até o fim de um governo de quatro anos ou de um programa de longo prazo de dez ou vinte anos contra a pobreza. Mas dentro de um período de longo prazo tem-se de enfatizar a eliminação desta ou a consequência será a existência infundável da mesma. Retomando o experimento mental de Brennan, não enfatizar o fim da pobreza absoluta é agir como se a maior parte das pessoas estivesse ocupada em apenas retirar as crianças afogadas da água sem qualquer preocupação em investigar, em primeiro lugar, por que elas estão caindo e se afogando.

E a maneira mais eficiente de trabalhar para eliminar a pobreza em longo prazo é realizando mudanças institucionais ou sistêmicas, que podem ter pouco ou nada a ver com a caridade. Esse tipo de mudança centra sua atenção em transformações fundacionais, que envolvem alterar as estruturas e as instituições relacionadas à pobreza, como o sistema de geração de renda, o funcionamento do comércio e do mercado, o sistema financeiro, o sistema político, o sistema educacional, as políticas públicas etc.

Por exemplo, segundo Thomas Pogge (2010, p. 420),

as regras atuais [do mercado internacional] favorecem os países ricos ao permitir-lhes continuarem protegendo seus mercados através de cotas, tarifas, direitos *antidumping*, créditos de exportação e subsídios para os produtores domésticos de maneiras que os países pobres não são permitidos, ou não podem arcar.

E de acordo com Dev Kar (2011), fluxos financeiros ilícitos custam aos países pobres, fundos em torno de vinte e cinco bilhões por ano. Tais fatos deixam claro que existe uma urgência de se realizar mudanças estruturais envolvendo a pobreza – as quais podem ter efeitos sobre gerações – para que este problema seja solucionado.

Outro exemplo é o modo como o analfabetismo lança as pessoas na pobreza. Segundo dados do Inaf (Indicador de Alfabetismo Funcional¹) de 2018, um em cada quatro trabalhadores brasileiros são analfabetos funcionais, isto é, possuem dificuldades de resolver problemas práticos que supõem certo nível de letramento e numeramento. Segundo o site do dessa mesma instituição, no Brasil, “em tempos favoráveis, as empresas contratam em maior volume e preocupam-se menos com a qualificação de seus funcionários” (2020), enquanto, em períodos de recessão, “os trabalhadores menos qualificados são os primeiros a perder o emprego” (2020). Logo, em períodos de crise, estes encontram-se mais susceptíveis à pobreza, seja ela absoluta ou não. Dados do Inaf 2018 mostram que apenas 46% dos entrevistados no período nos níveis mais baixos de alfabetismo (os analfabetos) estavam trabalhando.

O índice de indivíduos analfabetos funcionais que realizam atividades laborais que requerem maior desgaste físico também é considerável. Segundo o Inaf 2018, ainda, o setor agrícola brasileiro concentra 51% de analfabetos funcionais, o de serviços domésticos 49% e o da construção civil 45%. Esses setores nem sempre remuneram o analfabeto funcional suficientemente para garantir-lhe uma vida digna. Além disso, suas atividades tendem a afetar a saúde dos trabalhadores, pois, como são ocupações que envolvem atividades muito exigentes fisicamente e insalubres, estas impactam nas articulações, ortopedia, risco de intoxicação, etc. dos indivíduos que as desempenham². Assim, em médio e longo prazo, elas findam por tornar a manutenção do indivíduo no desempenho dessas mesmas atividades inviável. Sem qualificação para desempenhar outras funções, essas pessoas acabam desempregadas, não

¹ Para mais informações, conferir: <https://alfabetismofuncional.org.br/>.

² Sobre os riscos de adoecimento na construção civil, consultar: Locatelli *et al* (2019).

sendo, no entanto, em muitos casos, elegíveis para o recebimento de benefícios previdenciários, como a aposentadoria por invalidez. Tudo isso contribui para que, a certa altura da vida, uma situação de pobreza, que pode ser absoluta ou não, se instale na vida do indivíduo. Assim, fornecer uma educação básica a uma pessoa pode ser mais eficiente para livrá-la da pobreza do que outras medidas paliativas como, por exemplo, a famosa distribuição de cestas básicas.

Nesse sentido, combater a pobreza pode requerer das pessoas uma postura mais ativa na sociedade – algo muito mais complexo e exigente – do que simplesmente trabalhar em instituições que visam o alívio da pobreza. Nesse caso, haveria uma exigência de as pessoas atuarem na sociedade como ativistas, professores, economistas, intelectuais, jornalistas, ocupantes de cargos políticos etc. visando o enfrentamento das causas da pobreza, não apenas o seu alívio. Assim, uma Secretaria ou Ministério da Educação competente poderia fazer mais para enfrentar o problema da pobreza em uma localidade (seja ela um bairro, cidade, estado ou país) do que uma associação voltada para a distribuição de comida e vestuário para os pobres, por exemplo. Desse modo, se as instituições de caridade querem fazer algo para efetivamente mudar as vidas das pessoas pobres, elas têm de voltar suas ações para atacar esses problemas sistêmicos. Ensinar uma pessoa a ler e a contar competentemente pode ser mais revolucionário do que dar-lhe de comer – embora, é claro, dar-lhe de comer possa ser necessário para que ela tenha condições de se alfabetizar de modo competente.

Por um lado, isso enfraquece o argumento da obrigação de ajudar de Singer, pois retira totalmente o foco da ajuda da caridade. Por outro lado, e principalmente de acordo com o que ele veio a defender posteriormente em *A Vida que Podemos Salvar* (2010) e *O Maior Bem que Podemos Fazer* (2015), isso não é verdade. Para Singer, nossa obrigação é *aliviar* a pobreza no mundo, mas, se pudermos trabalhar, mesmo que não seja fazendo caridade, para fazer mais do que isso, agimos de maneira ainda melhor. Combater as causas sistêmicas da pobreza ainda é fazer algo, e algo de profunda relevância e grandeza, contra a pobreza absoluta.

Uma das razões pelas quais Singer não enfatiza o combate às causas sistêmicas da pobreza está em sua descrença na vontade política daqueles que detêm o poder de realmente contribuir para combatê-la nas suas causas. Segundo Singer, “os poderosos interesses políticos aliados contra a a eliminação das barreiras de comércio [– uma reivindicação dos economistas e ativistas que lutam para combater a pobreza global –] [por exemplo] tornam a mudança política improvável” (2010, p. 114).

Há ainda outras razões para não se enfatizar o combate às causas sistêmicas da pobreza. Seja em nível global ou local, isso seria algo que levaria muito tempo para se concretizar, além de ser difícil de coordenar e de efetivamente fazer acontecer. Infelizmente, questões desta magnitude são complexas e, conforme já mencionamos, não são e não podem ser resolvidas repentinamente. Elas também requerem o envolvimento e esforços de vários tipos de agentes (políticos, econômicos, etc.), os quais não são fáceis de coordenar. E além de tudo isso, retomando o ponto de Singer, deve haver a vontade de todos os agentes com poder para enfrentar o problema nas suas causas de realmente fazer com que isso se torne realidade. Infelizmente também, dar esperança aos pobres através do mero alívio da pobreza, sem efetivamente resolver o seu problema, ainda rende muitas benesses a várias pessoas com o poder de enfrentar o problema de maneira efetiva, o que as leva a não se mobilizarem para fazê-lo.

Ademais, sobre o diagnóstico da razão pela qual, de modo geral, as pessoas preferem aliviar, em vez de combater a pobreza absoluta de maneira efetiva, duas considerações podem ser feitas. A primeira é que é bem mais fácil aliviar do que eliminar qualquer nível de pobreza. Dar esmolas para um necessitado que vive na rua é muito mais fácil do que providenciar-lhe um teto e um emprego que lhe retire da situação de indigência. Mais difícil ainda é providenciar educação e capacitação para que ele tenha mais do que a força física para oferecer em troca de um salário e, assim, conseguir uma fonte de renda mais vantajosa do que a advinda da venda da força bruta. Por conseguinte, é mais fácil também alcançar a sensação de consciência limpa e de dever cumprido, o que é uma grande recompensa psicológica pelas ações desempenhadas. Isto porque, neste caso, a recompensa é imediata. No caso do combate às causas da pobreza, é diferente. Como a solução do problema leva tempo – provavelmente será a tarefa de uma vida inteira – a recompensa psicológica não vem imediatamente. Aliás, ela pode nunca vir. Logo, as pessoas sentem menos incentivos para se dedicarem à tarefa de combater as causas da pobreza em vez de seu simples alívio.

A segunda razão pela qual as pessoas preferem se dedicar a aliviar a pobreza absoluta em vez de solucioná-la é que o alívio da pobreza oferece uma base infinita para o prestígio social e o autoengrandecimento. Todo filantropo preocupado em distribuir alimentos aos pobres em vez de fomentar empregos pode apregoar seus bons feitos indefinidamente e aos quatro ventos, já que a primeira atividade pode se ser replicada ao infinito, além de ser vista como expressão de altruísmo, enquanto a segunda é mais limitada (a oferta de empregos é finita) e tende a ser identificada com o

interesse próprio e, por isso, costuma ser alvo de menos prestígio dentro da sociedade. Em *Doing Good Better* (2015), William MacAskill nos apresenta o caso de um modelo de bomba d'água utilizado na África que se provou ineficiente e, no entanto, dado seu potencial propagandístico, foi replicado em vários locais do continente, de modo a garantir que vários empresários e políticos pudessem se enaltecer e se autopromover com base nele. O problema da falta de água não foi resolvido, mas muita gente que não sofria com a falta d'água se beneficiou da iniciativa.

Considerações finais

Na sequência da seção anterior, e à guisa de conclusão, pode-se afirmar que trabalhar em prol do alívio da pobreza, conforme propõe Singer, não é algo ruim, e conforme demonstramos, pode ser até necessário. Porém, realizamos algo de maior eficácia e também de uma grandeza moral mais elevada quando buscamos combatê-lo em suas causas. E isso pode ter pouca relação com a caridade, pois implicaria em atacar o problema no âmbito sistêmico. Porém, isso não significa que isso seria incompatível com o que defendeu Singer em seu argumento da obrigação de ajudar. Afinal, ele conclui que *devemos impedir a existência de uma parcela de pobreza absoluta*. E se essa parcela puder ser maior – afinal, vamos tentar eliminá-la ou, ao menos, combatê-la nas suas causas – e exigir, dentre outras medidas, agência política, tudo bem.

Ao longo de sua argumentação, Singer procurou (e ainda procura) defender uma posição mais exigente acerca da prática de ajuda aos pobres do que aquela sustentada pela moralidade do senso comum, mas, ao mesmo tempo, não deseja se comprometer com uma posição *excessivamente* exigente do ponto de vista moral. A versão mais forte do princípio do sacrifício defendida por Singer nos diz que devemos evitar o mal da pobreza absoluta, mas não devemos sacrificar nada que se compare em termos de importância moral ao seu enfrentamento, o que, de partida, implica que não devemos fazê-lo sacrificando bens como aqueles projetos que compõem nossa integridade e a provisão de nossa família.

Contudo, se, para Singer, o critério do que determina a importância moral for objetivo, dado o tamanho do problema que é a pobreza absoluta, quase nada será comparável ao seu enfrentamento. Por conseguinte, ele não terá como evitar a objeção de que sua posição é muito exigente moralmente. Mas, se, para ele, o critério do que determina a importância moral for subjetivo, talvez sua posição tenha uma chance de ser considerada mais palatável. Conforme já mencionamos, neste caso, se, por exemplo, alguém tivesse na própria vida o bem mais precioso, ela não

precisaria ser sacrificada para combater a pobreza, ainda que o sacrifício significasse o fim da pobreza no mundo.

Em princípio, parece que Singer só pode defender que as pessoas abastadas devem abrir mão de futilidades e doar o que seria gasto com isso para a caridade se ele tiver uma concepção objetiva do que constitui algo com importância moral. Dado que, de um ponto de vista objetivo, o enfrentamento da pobreza seria muito mais importante do que viver de maneira luxuosa, as pessoas abastadas deveriam abrir mão desse estilo de vida e doar seus excedentes de rendimentos para a caridade.

No entanto, ao propor que “quanto nos sentimos obrigados a dar *vai depender daquilo que julgamos ser de importância moral comparável à pobreza que podemos evitar*”, Singer parece defender uma concepção subjetiva acerca daquilo que tem importância moral. O problema é que, se esse for o caso, parece que ele terá de contar com a natureza benevolente das pessoas, as quais, motivadas por suas boas inclinações, julgarão seus próprios luxos menos importantes do que a satisfação das necessidades básicas alheias. O problema nisso tudo é que nem todas as pessoas são guiadas por sua natureza benevolente, de modo que nem todas se veriam obrigadas a fazer tais sacrifícios e ajudar quem está em necessidade.

Outra proposta de Singer para defender a versão mais forte do princípio e um padrão moral palatável em termos de ajuda aos pobres é adotar a distinção entre a moralidade pública e a moralidade privada. Publicamente, ele defende que não devemos requerer que as pessoas doem uma vasta porcentagem de seus rendimentos para a caridade para não as desencorajarmos de ajudarem a quem mais precisa. Todavia, privadamente, ele sustenta que devemos consultar nossa consciência e pensar se podemos fazer mais do que aquilo que é publicamente requerido. Nesse ponto, alguém poderia, novamente, objetar que Singer talvez esteja demasiadamente confiante de que as boas inclinações da natureza humana serão salientes quando da conduta dos agentes morais para com os pobres, levando-os a agir de maneira generosa para com estes.

Como réplica, pode-se argumentar que a suposição de Singer neste caso parece ser diferente. Tudo indica que ele parte do pressuposto de que – sob pena de ser considerada irracional e insensível caso pense diferente – uma pessoa abastada e racional compreenderá que não faz sentido que ela se apegue a frivolidades, tampouco faça doações pequenas quando, na verdade, pode doar muito, quando o sacrifício dessas frivolidades e sua doação maior poderiam livrar outras pessoas da enorme mazela da pobreza absoluta.

Mas, se esse é o caso, as pessoas que fossem abastadas e racionais, logo também compreenderiam que não faz sentido que elas deixem de fazer sacrifícios maiores em favor dos mais pobres, dado que o que está em jogo é o enfrentamento da grande mazela da pobreza absoluta. Logo, o problema do excesso de exigência moral não seria solucionado adotando uma perspectiva subjetiva e ao mesmo tempo ilustrada do que possui importância moral.

Ao defender que, (i) caso sejamos abastados e nos comprometamos a contribuir para ajudar quem mais precisa, devemos arcar com os custos da obrigação de ajudar os pobres deixados por aqueles que se negam a contribuir e que (ii) devemos doar até o ponto “no qual ao doar mais alguém causaria a si mesmo e a seus dependentes tanto sofrimento quanto aquele que ele evitaria em Bangladesh”, Singer só reforça o ímpeto dos críticos de o acusarem de advogar uma posição muito exigente moralmente. Imagine quantos sacrifícios pessoais seriam necessários para atingir a meta acima estipulada por Singer.

Singer ainda faz uma tentativa de demonstrar que sua posição não é tão exigente quanto parece ao dizer que “a rigor, precisaríamos descer ao nível compatível com a obtenção de uma renda que, *depois de prover as nossas necessidades*, nos deixasse com mais para dar aos outros”. Contudo, novamente, ao defender tal coisa, Singer apenas dá razão aos seus críticos, já que, ainda que não exista uma exigência de sacrificar nossas necessidades mais importantes, não é difícil imaginar quantos outros sacrifícios pessoais seriam necessários para atingir tal meta.

Se Singer de fato deseja defender uma posição mais exigente do que a da moralidade do senso comum e ao mesmo tempo não ser acusado de defender uma teoria excessivamente exigente, ele deveria passar da defesa as versão mais forte do princípio do sacrifício para a defesa da versão mais fraca. Segundo esta versão, devemos evitar tudo o que é muito ruim, mas não devemos fazê-lo se tivermos de sacrificar qualquer coisa que tenha simplesmente *importância moral*, sem mais qualificações. Isso porque quer se adote uma concepção objetiva ou subjetiva de importância moral, dado que há menos coisas no mundo com *importância moral comparável* ao enfrentamento da pobreza absoluta do que coisas com simplesmente *importância moral*, ao menos em número, os sacrifícios pessoais tenderão a ser menores.

Quanto a interpretar o dever de ajudar os pobres como perfeito ou imperfeito, vimos que ambas as interpretações são possíveis. No entanto, é argumentável que adotar a interpretação do dever de ajuda como perfeito seja preferível porque isso pode ajudar a enfatizar a necessidade e a urgência de se fazer algo contra a pobreza absoluta. Deveres imperfeitos

são vistos como discricionários, de modo que, se as pessoas enxergarem o dever de ajudar os pobres desse modo, elas talvez não desenvolvam o compromisso necessário para combater o problema da pobreza absoluta.

Notas

¹Possui graduação (UFSJ), mestrado (UFPR) e doutorado (UFSC) em Filosofia. Pesquisa temas de Ética Normativa (fundamentalmente, o consequencialismo e suas objeções, bem como os utilitarismos de John Stuart Mill e de Peter Singer) e de Ética Prática (especialmente, o problema da ajuda aos pobres). Já atuou como professora substituta de Filosofia no Instituto Federal de Santa Catarina e no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente, trabalha na rede estadual de ensino de Minas Gerais, ministrando o conteúdo de Filosofia na Educação Básica.

²Mais recentemente, Singer tem se declarado um hedonista.

³ Conferir EAPN – Finland (2017).

⁴ Conferir Nigeria Data Portal (2006a; 2006b; 2006c).

⁵ Conferir: <http://datatopics.worldbank.org/education/country/nigeria> e <http://datatopics.worldbank.org/education/country/finland>.

⁶ Para uma lista de instituições de caridade com tal característica, conferir: <https://www.givewell.org/>.

⁷ Observe que a objeção não é a de que aliviar a pobreza multiplicará o número de pessoas que estão na pobreza absoluta, mas que se não eliminamos as causas do problema sempre haverá pessoas que sofrem com ele.

Referências

ARISTOTLE. *Nicomachean Ethics*. W.D. Ross (trans.), revised by J.O. Urmsen, in *The Complete Works of Aristotle*, The Revised Oxford Translation, vol. 2, Jonathan Barnes (ed.), Princeton: Princeton University Press, 1984.

ARNESON, R. Egalitarianism and Responsibility. *Journal of Ethics*, Heidelberg, v. 3, n. 3, p. 225-247, Sep. 1999.

BRENNAN, J. On Singer's Thought Experiment. *Bleeding Heart Libertarians*, 19 ago. 2015. Disponível em: <http://bleedingheartlibertarians.com/2015/08/on-singers-thought-experiment/>. Acesso em: 18 out. 2015.

CONSEQUENTIALISM. In: STANFORD Encyclopedia of Philosophy. Stanford: Center for the Study of Language and Information, 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/skepticism-moral/>. Acesso em: 29 abril 2015.

INAF. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/>. Acesso: 07 jun 2022.

EAPN – FINLAND. *Poverty Watch Report Finland 2017*, 2017. Disponível em: <http://www.eapn.fi/wp-content/uploads/2017/11/Poverty-Watch-Finland-Report-2017-web.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018.

KANT, I. (1785). *Groundwork for the Metaphysics of Morals*. New York: Yale Press, 2002.

KAR, D. Illicit Financial Flows from the Least Developed Countries: 1990-2008 (May 2, 2011). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2335018> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2335018>

KAZEEM, Y. Nigeria has become the poverty capital of the world. *Quartz Africa*, jun. 2018. Disponível em: <https://qz.com/africa/1313380/nigerias-has-the-highest-rate-of-extreme-poverty-globally/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

LOCATELLI, P. CONTERATTO, K. S. SÁ. C. A. ASCARI, R. A. Risco de adoecimento entre profissionais da construção civil. *Cultura de los Cuidados*, n. 53, 2019.

MACASKILL, W. *Doing Good Better*. New York: Random House, 2015.

NIGERIA DATA PORTAL. Distribution of Households by Main Material of the Roof, 2006a. Disponível em: <http://nigeria.opendataforafrica.org/efutxqb/distribution-of-households-by-main-material-of-the-roof-2006>. Acesso em: 03 set. 2018

NIGERIA DATA PORTAL. Distribution of Households by Main Material of the Wall, 2006b. Disponível em: <http://nigeria.opendataforafrica.org/rwxakae/distribution-of-households-by-main-material-of-the-wall-2006>. Acesso em: 03 set. 2018.

NIGERIA DATA PORTAL. Distribution of Households by Type of Toilet Facility, 2006c. Disponível em: <http://nigeria.opendataforafrica.org/tlhwsac/distribution-of-households-by-type-of-toilet-facility>. Acesso em: 03 set. 2018.

O'NEILL, O. As perplexidades morais do alívio da fome. In: BAKER, A.; BONJOUR, L. *Filosofia: textos fundamentais comentados*. 2. edição. Porto Alegre: Artmed, 2010.

POGGE, T. The Role of International Law in Reproducing Massive Poverty. In: BESSON, S.; TASIOULAS, J. *The Philosophy of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SINGER, P. (1979). *Ética Prática*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SINGER, P. *Famine, Affluence, and Morality*. *Philosophy and Public Affairs*, Hoboken, v. 1, n. 3, p. 229-243, Spring 1972.

SINGER, P. *Practical Ethics*. (1979). 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

SINGER, P. *The Life You Can Save*. New York: Random House, 2009.

SINGER, P. *The Most Good You Can Do*. Yale: Yale University Press, 2015.

WORLD BANK. Disponível em: <http://datatopics.worldbank.org/education/country/nigeria>. Acesso em: 19 mai 2019.